

NEWSLETTER DIGESTO N.º 7/2015

Disponibilização: 13 de abril de 2015

Período abrangido: 30 de março a 10 de abril de 2015



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração interna
2. Administração local
3. Agricultura, caça e pescas
4. Ambiente
5. Apoio social
6. Cidadania
7. Comércio
8. Comunicação social
9. Cultura
10. Desporto
11. Educação
12. Emprego
13. Energia
14. Finanças
15. Investigação científica
16. Justiça
17. Negócios Estrangeiros
18. Portugal 2020
19. Regiões Autónomas
 - Açores
 - Madeira
20. Saúde
21. Transportes e comunicações

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Portaria n.º 96/2015, de 30 de março](#)
(Ministério da Administração Interna)

Aprova as normas relativas às características técnicas do sistema de leitura da informação contida no código de identificação única em código de barras e/ou código de matriz, no âmbito do sistema harmonizado para a identificação única e rastreabilidade dos explosivos de utilização civil

[Despacho n.º 3551/2015, de 9 de abril](#)
(Ministério da Administração Interna)

Regulamenta e define o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Operações (SGO), no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), que se aplica a todos os Agentes de Proteção Civil (APC) e Entidades com especial dever de cooperação, quando empenhados em operações de proteção e socorro

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[Lei n.º 25/2015, de 30 de março](#)
(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2015, de 2 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria a estrutura de missão para o Programa Operacional do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Mar 2020), para o período de programação de 2014 a 2020

[Portaria n.º 101/2015, de 2 de abril](#)

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar)

Estabelece as regras de aplicação do sistema de controlo da condicionalidade previstas nos artigos 96.º a 101.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, e no Regulamento (UE) n.º 809/2014, da Comissão, de 17 de julho (política agrícola comum)

[Portaria n.º 104/2015, de 9 de abril](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Promove a realização de um estudo sobre a atividade da arte-xávega para avaliação do impacto da pescaria nas unidades populacionais a que a pesca é dirigida, identificando, nomeadamente, a proporção de espécimes subdimensionados capturados

4. AMBIENTE

[Portaria n.º 98/2015, de 31 de março](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Define os modelos de sinalização para efeitos de identificação e informação relativa à conservação da natureza e da biodiversidade na rede nacional de áreas protegidas

[Despacho n.º 3350/2015, de 1 de abril](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Define as metas intercalares por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos relativamente à deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro, preparação para reutilização e reciclagem e retomas com origem em recolha seletiva, para o período 2016-2020

[Decreto-Lei n.º 48/2015, de 10 de abril](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Altera (sexta alteração) o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, no sentido da introdução de regras no domínio das especificações técnicas, na qualificação de operadores de gestão de resíduos de embalagens, na metodologia para a definição dos modelos de cálculo de valores de contrapartidas financeiras e na atualização das capitações e das objetivações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos

5. APOIO SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 44/2015, de 1 de abril](#)

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, que cria o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário e estabelece o seu regime jurídico

6. CIDADANIA

[Decreto n.º 6-A/2015, de 2 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Declara luto nacional pelo falecimento de Manoel de Oliveira

[Despacho n.º 3394/2015, de 2 de abril](#)

(Presidência da República)

Determina que, no presente ano, as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas se realizem na cidade de Lamego

7. COMÉRCIO

[Portaria n.º 104-A/2015, de 10 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Identifica os elementos que devem acompanhar o pedido de autorização conjunta para a instalação ou alteração significativa das grandes superfícies comerciais, não inseridas em conjuntos comerciais, e dos conjuntos comerciais (regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração)

8. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Portaria n.º 100/2015, de 2 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Regulamento do incentivo à leitura de publicações periódicas

[Declaração de Retificação n.º 13/2015, de 6 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica o Decreto-Lei n.º 23/2015, de 6 de fevereiro, que aprova o novo regime de incentivos do Estado à comunicação social

9. CULTURA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2015, de 31 de março](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Substitui o representante nacional na comissão bilateral a que se refere o artigo 23.º da Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé (comissão bilateral para o desenvolvimento da cooperação quanto a bens da Igreja que integrem o património cultural português)

10. DESPORTO

[Decreto-Lei n.º 45/2015, de 9 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Define as formas de proteção do nome, imagem e atividades desenvolvidas pelas federações desportivas, bem como o respetivo regime contraordenacional

11. EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 99/2015, de 1 de abril](#)

(Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência)

Aprova os estatutos do Instituto de Avaliação Educativa, I.P.

[Despacho n.º 3353/2015, de 1 de abril](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Determina que as escolas públicas e privadas se possam candidatar à oferta formativa de cursos vocacionais no ensino básico e secundário, a iniciar no ano letivo de 2015-2016

[Despacho n.º 3446-A/2015, de 2 de abril](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Altera (primeira alteração) o Despacho n.º 15747-A/2014, de 30 de dezembro, relativo à aplicação obrigatória a todos os alunos do 9.º ano de escolaridade do Preliminary English Test for Schools (PET)

[Despacho n.º 3446-B/2015, de 2 de abril](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Altera (primeira alteração) o Regulamento de aplicação, classificação e certificação do Preliminary English Test for Schools (PET), aprovado e publicado em anexo ao Despacho n.º 2179-B/2015, de 2 de março

[Portaria n.º 103/2015, de 8 de abril](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 1031/2009, de 10 de setembro, que fixa as áreas em que devem ser realizadas as provas de ingresso para determinados cursos superiores

12. EMPREGO

[Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Adota o regulamento específico do domínio da Inclusão Social e Emprego

13. ENERGIA

[Portaria n.º 97/2015, de 30 de março](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 59/2013, de 11 de fevereiro, e (primeira alteração) a Portaria n.º 27/2014, de 4 de fevereiro, e aprova as datas relativas ao período de aplicação das tarifas transitórias de venda a clientes finais de gás natural com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ e de eletricidade com consumos em baixa tensão normal

[Portaria n.º 102/2015, de 7 de abril](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece os procedimentos para injeção de energia adicional e para autorização do sobre-equipamento de centros eletroprodutores eólicos, bem como os requisitos para a dispensa de telecontagem individualizada da energia do sobre-equipamento, e define as taxas aplicáveis aos procedimentos no âmbito do sobre-equipamento

[Decreto-Lei n.º 47/2015, de 9 de abril](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, que criou a Agência para a Energia (ADENE)

[Decreto-Lei n.º 49/2015, de 10 de abril](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece o regime especial aplicável à adaptação de moinhos, azenhas ou outras infraestruturas hidráulicas equivalentes para produção de energia hidroelétrica

14. FINANÇAS

[Portaria n.º 98-A/2015, de 31 de março](#)

(Ministério das Finanças)

Aprova a declaração modelo 2, o modelo do recibo eletrónico de quitação de rendas e a declaração modelo 44, previstos no Código do Imposto do Selo (Código do IS), aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro, e no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88 de 30 de novembro

[Regulamento da CMVM n.º 1/2015, de 31 de março](#)

(Comissão do Mercado de Valores Mobiliários)

Aprova a regulamentação necessária para assegurar a supervisão do cumprimento dos deveres impostos pelo mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (EMIR), e procede à revisão do Regulamento n.º 4/2007, de 11 de dezembro, e do Regulamento n.º 5/2007, de 21 de novembro, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

15. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2015, de 7 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Programa Integrado de Promoção da Excelência em Investigação Médica

16. JUSTIÇA

[Acórdão n.º 117/2015, de 7 de abril](#)

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, interpretada no sentido de abranger apenas as empresas públicas que emergem diretamente do Estado, com exclusão das empresas do setor público criadas por empresas públicas

[Acórdão n.º 139/2015, de 7 de abril](#)

(Tribunal Constitucional)

Não conhece do pedido de declaração da inconstitucionalidade material dos artigos 77.º e 78.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, na parte que se considera aplicável aos titulares dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira; não declara a ilegalidade nem a inconstitucionalidade das normas do artigo 77.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e das normas dos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro, na redação dada pelo n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 83-C/2013, que determinam a aplicação aos ex-titulares e aos titulares dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira das regras relativas ao regime das subvenções vitalícias aí concomitantemente estabelecidas

[Lei Orgânica n.º 5/2015, de 10 de abril](#)

(Assembleia da República)

Atribui ao Tribunal Constitucional competência para apreciar e fiscalizar as contas dos grupos parlamentares, procedendo à alteração (sexta alteração) da Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional), e (quinta alteração) da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)

[Parecer n.º 12/2013, de 10 de abril de 2015](#)

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Emite Parecer sobre a titularidade das concessões de serviço público outorgadas à Carris e ao Metropolitano de Lisboa, E. P. E.

17. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 3396/2015, de 31 de março](#)
(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Torna públicas as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de abril de 2015

[Aviso n.º 32/2015, de 9 de abril](#)
(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo Adicional à Convenção Penal sobre a Corrupção do Conselho da Europa, adotado em Estrasburgo, em 15 de maio de 2003

[Despacho n.º 3579/2015, de 10 de abril](#)
(Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros)

Determina que seja criada a Embaixada de Portugal no Panamá e a respetiva secção consular

18. PORTUGAL 2020

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2015, de 2 de abril](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Designa um vogal executivo da comissão diretiva da autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Norte e um vogal não executivo da comissão diretiva da autoridade de gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa, procedendo à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro

19. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Portaria n.º 95-A/2015, de 27 de março](#)

(Ministérios das Finanças e da Economia)

Define o modo de proceder ao apuramento do valor do subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira

[Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A, de 30 de março](#)

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera (oitava alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional

[Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2015/A, de 8 de abril](#)

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Altera (segunda alteração) os Decretos Regulamentares Regionais n.ºs 18/2014/A, de 19 de setembro (Regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado), 19/2014/A, de 22 de setembro (Regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação), 20/2014/A, de 23 de setembro (Regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local), e 21/2014/A, de 10 de outubro (Regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo)

[Decreto Legislativo Regional n.º 10/2015/A, de 9 de abril](#)

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional

- MADEIRA

[Mapa Oficial n.º 1/2015, de 10 de abril](#)
(Comissão Nacional de Eleições)

Torna público o mapa oficial com o resultado da Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada em 29 de março de 2015

20. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 50/2015, de 10 de abril](#)
(Ministério da Saúde)

Procede à extinção da pessoa coletiva pública de direito público denominada Hospital de José Luciano de Castro e à sua integração por fusão na Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

[Deliberação n.º 433/2015, de 30 de março](#)
(Ministério da Economia)

Disciplina a matéria de transporte de produtos alimentares perecíveis

[Despacho n.º 3460/2015, de 6 de abril](#)
(Ministério da Economia)

Determina os valores das taxas unitárias globais de rota e das taxas de câmbio das diversas moedas nacionais em relação ao euro, para o período de aplicação que se inicia em 1 de janeiro de 2015

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

- ❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos)
Dados Gerais

<p>PÁGINA DE ENTRADA</p> <ul style="list-style-type: none">★ PESQUISANOTAS PESSOAISCONSOLIDAÇÃODIPLOMA <p>DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA</p> <ul style="list-style-type: none">DIPLOMAÚLTIMA PESQUISA★ DADOS GERAISINFORMAÇÃO DETALHADANEWSLETTERSDIGESTO	<p>DECRETO-LEI N.º 18/2008</p> <p>Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29</p> <p>Tipo Diploma: Decreto-Lei</p> <p>Número: 18/2008</p> <p>Data Assinatura: 2008-01-29</p> <p>Entidade(s) Emitente(s): Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações</p> <p>Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE, Nº 20, de 2008-01-29, Pág. 753 - 852</p> <p>Entrada em Vigor: 2008-07-30, (seis meses após a data da sua publicação)</p> <hr/> <p>Notas aos Dados Gerais</p> <p>1 - A revogação dos artigos 260.º, 261.º, 262.º, 263.º e 264.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, produz efeitos a partir de 30.01.2008, não sendo os mesmos aplicáveis aos contratos já celebrados, sem prejuízo dos processos de conciliação pendentes àquela data;</p> <p>2 - Todas as remissões para as disposições legais e para os actos legislativos revogados nos termos do disposto no artigo anterior consideram-se feitas para as correspondentes disposições do Código dos Contratos Públicos;</p> <p>3 - O Código dos Contratos Públicos só é aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados após a data da sua entrada em vigor e à execução dos contratos que revistam natureza de contrato administrativo celebrados na sequência de procedimentos de formação iniciados após essa data, salvo o disposto no n.º 2 do artigo 18.º;</p> <p>4 - O Código dos Contratos Públicos não se aplica a prorrogações, expressas ou tácitas, do prazo de execução das prestações que constituem o objecto de contratos públicos cujo procedimento tenha sido iniciado previamente à data de entrada em vigor daquele.</p> <p>5 - O Decreto-Lei n.º 85/2008, de 27 de Maio determina a aplicação, com as excepções previstas no seu art. 2º, do Código dos Contratos Públicos, bem como os artigos 9.º a 13.º do presente diploma, ao procedimento tendente à celebração do contrato de concessão para a implementação da rede ferroviária de alta velocidade em Portugal, referente ao troço Poceirão-Caia, que integra o eixo Lisboa-Madrid.</p> <hr/> <p>Resumo</p> <p>Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.</p>
---	---

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos)
 Aplicado por/Regulamentado por

PÁGINA DE ENTRADA

- ★ PESQUISA
- NOTAS PESSOAIS
- CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA

- DIPLOMA
- ÚLTIMA PESQUISA
- DADOS GERAIS
- ★ INFORMAÇÃO DETALHADA
- NEWSLETTERS
- DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 18/2008

Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29

⊞ Direito Comunitário
⚙ Modificações
✖ Retificações
🔍 Outras Bases de Dados

📄 Exportar
🖨 Imprimir

Outros Tipos: Actos de Aplicação Pesquisar

Aplicado Por/Regulamentado Por

Notas:

O Decreto-Lei n.º 85/2008, de 27 de Maio determina a aplicação, com as excepções previstas no seu art. 2.º, do Código dos Contratos Públicos, bem como os artigos 9.º a 13.º do presente diploma, ao procedimento tendente à celebração do contrato de concessão para a implementação da rede ferroviária de alta velocidade em Portugal, referente ao troço Poceirão-Caia, que integra o eixo Lisboa-Madrid.


Foram encontradas 866 associações.

Pág. 1 de 87
1 2 3 4 5 6 ... > »

Data	Texto	Diploma
2015-04-08	Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2015 - Diário da República n.º 68/2015, Série I de 2015-04-08 (N.º 1 do art. 36.º e art.109.º do Código)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2015 - Diário da República n.º 68/2015, Série I de 2015-04-08
2015-04-06	Despacho n.º 3447/2015 - Diário da República n.º 66/2015, Série II de 2015-04-06 (Arts. 109.º e 259.º do Código)	Despacho n.º 3447/2015 - Diário da República n.º 66/2015, Série II de 2015-04-06

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos)
Normas Habilitantes

Aplica/Regulamenta	
Foram encontradas 2 associações.	
Data	Texto
	Al a) do nº 1 do art. 198º da CRP
2005-09-07	Anexo IV ao Regulamento (CE) n.º 1564/2005, da Comissão, de 7 de Setembro

 [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos)
Direito Comunitário

PÁGINA DE ENTRADA
★ PESQUISA
NOTAS PESSOAIS
CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA
DIPLOMA
ÚLTIMA PESQUISA
DADOS GERAIS
★ INFORMAÇÃO DETALHADA
NEWSLETTERS
DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 18/2008
Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Exportar Imprimir

Outros Tipos:

Direito Comunitário
Foram encontradas 5 associações.

Data	Texto
2005-11-16	Directiva n.º 2005/75/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Novembro
2005-09-07	Directiva n.º 2005/51/CE, da Comissão, de 7 de Setembro
2005-09-07	Anexo IV ao Regulamento (CE) n.º 1564/2005, da Comissão, de 7 de Setembro
2004-03-31	Directiva nº 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março
2004-03-31	Directiva nº 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos)
Modificações Sofridas

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA

- DIPLOMA
- ÚLTIMA PESQUISA
- DADOS GERAIS
- * INFORMAÇÃO DETALHADA**
- NEWSLETTERS
- DIGESTO

 Exportar
 Imprimir

Outros Tipos:

Modificações Sofridas

Foram encontradas 9 associações.

Data	Texto	Diploma
2012-07-12	Alterados os art.s 2º (na redação do Dec Lei 278/2009, de 02-out), 5º (retificado pela Decl-Ret 18-A/2008, de 28-mar, e na redação do Dec Lei 278/2009, de 02-out) , 19º, 20º, 27º (o último retificado pela Decl-Ret 18-A/2008, de 28-mar), 31º, 42º, 43º (o último retificado pela Decl-Ret 18-A/2008, de ...	Decreto-Lei n.º 149/2012 - Diário da República n.º 134/2012, Série I de 2012-07-12
2012-06-14	Revogado o Dec Lei 25/2007, de 07-fev, na redação do presente diploma, pelo DEC LEI.117-A/2012.14.06.2012.MF, DR.IS [114-Supl] de 14.06.2012	Decreto-Lei n.º 117-A/2012 - Diário da República n.º 114/2012, 1º Suplemento, Série I de 2012-06-14
2011-12-30	Alterado o art. 127º do Código, pela LEI.64-B/2011.30.12.2011.AR, DR.IS [250-Supl] de 30.12.2011	Lei n.º 64-B/2011 - Diário da República n.º 250/2011, 1º Suplemento, Série I de 2011-12-30

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos) Modificações Produzidas

Modificações Produzidas

Notas:

1 - Revoga toda a legislação relativa às matérias reguladas pelo Código dos Contratos Públicos, seja ou não com ele incompatível, ressalvando-se os actos legislativos que consagrem regimes transitórios em matéria de contratação pública;

2 - Permanecem transitoriamente em vigor, com as necessárias adaptações, os diplomas regulamentares, incluindo as portarias, que tenham sido aprovados ao abrigo dos actos legislativos revogados por efeito do disposto nos n.os 1 e 2, do art. 14º, desde que necessários à aplicação do Código dos Contratos Públicos e que com ele sejam compatíveis.

Foram encontradas 18 associações.

Pág. 1 de 2

1 2 > »

Data	Texto
2007-02-28	<u>Revoga, a partir de 30.07.2008, o art. 11º do Dec Lei 50-B/2007 de 28-Fev, DR.IS [42]2ºSupl</u>
2007-02-07	Altera, a partir de 30.07.2008, o art 10º do Dec Lei 25/2007 de 07-Fev, DR.IS [27, bem como o art. 2º dos Estatutos da GeRAP, publicados em anexo ao citado diploma
2005-12-29	Revoga, a partir de 30.07.2008, o art. 13º do Dec Lei 233/2005 de 29-Dez, DR.IS-A [249]
2005-01-04	Revoga, a partir de 30.07.2008, o Dec Lei 1/2005 de 04-Jan, DR.IS-A [2]
2004-01-09	Altera, a partir de 30.07.2008, os arts 24º, 29º e 37º e revoga as als. a) a e) e i) do nº 2 do art. 24º e as als. a) a e) do nº 3 do art. 37º, do Dec Lei 12/2004 de 09-Jan, DR.IS-A [7]
2003-10-07	Revoga, a partir de 30.07.2008, o Dec Lei 245/2003 de 07-Out, DR.IS-A [232]

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos)
Jurisprudência Associada

PÁGINA DE ENTRADA
▲ PESQUISA
NOTAS PESSOAIS
CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA
DIPLOMA
ÚLTIMA PESQUISA
DADOS GERAIS
▲ INFORMAÇÃO DETALHADA
NEWSLETTERS
DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 18/2008
Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Exportar Imprimir

Outros Tipos: Jurisprudência Associada

Jurisprudência Associada
Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto
2010-12-29	AC 39/2010, de 03-Nov do TC, (Processos n.ºs 1175 a 1178/2010 DR.IIS [251] de 29.12.2010 (al. b) do n.º1 e n.º 4 do art. 27.º do Código)

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos)
Doutrina Associada da Direção Geral do Orçamento

PÁGINA DE ENTRADA
★ PESQUISA
NOTAS PESSOAIS
CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA
DIPLOMA
ÚLTIMA PESQUISA
DADOS GERAIS
★ INFORMAÇÃO DETALHADA
NEWSLETTERS
DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 18/2008
Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Exportar Imprimir

Outros Tipos: Doutrina Associada

Doutrina Associada
Foram encontradas 3 associações.

Data	Texto
2009-05-26	PARECERJUR.7557/2009.26.05.2009.GCO-DGO, Arts. 55.º, 81.º e 126.º
2009-04-28	NOTAJUR.9355/2009.28.04.2009.GCO-DGO, N.º 4 do art. 1.º, als. d) e e) do art. 55.º, al. a) do art. 57.º e n.º 3 do art. 128.º
2008-08-27	PARECERJUR.1397/2008.27.08.2008.SCJ-DGO, Art. 292.º

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos)
Acesso à Jurisprudência Emanada dos Principais Tribunais

PÁGINA DE ENTRADA

- ★ PESQUISA
- NOTAS PESSOAIS
- CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA

- DIPLOMA
- ÚLTIMA PESQUISA
- DADOS GERAIS
- INFORMAÇÃO DETALHADA
- NEWSLETTERS
- DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 18/2008

Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29

⦿ Direito Comunitário
⚙️ Modificações
☰ Retificações
🔍 Outras Bases de Dados

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

⚠ Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	03/12/2015	0206/15	Alberto Augusto Oliveira	Contencioso Pré-contratual Procuração Assinatura Electrónica
<input type="checkbox"/>	03/12/2015	0236/15	Alberto Augusto Oliveira	Contencioso Pré-contratual Falta Documento
<input type="checkbox"/>	03/12/2015	01469/14	Maria Benedita Urbano	Procedimento Pré-contratual Concorrência

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos) Pareceres da Procuradoria-Geral da República

PÁGINA DE ENTRADA

- ▲ PESQUISA
- NOTAS PESSOAIS
- CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA

- DIPLOMA
- ÚLTIMA PESQUISA
- DADOS GERAIS
- INFORMAÇÃO DETALHADA
- NEWSLETTERS
- DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 18/2008

Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29

Direito Comunitário
 Modificações
 Retificações
 Outras Bases de Dados

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

! Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

115 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Data Votação	Parecer	KB	1º Descritor	Relator
<input type="checkbox"/>	10/25/2012	P000182012	72kB	Contrato Público	Paulo DÁ Mesquita
<input type="checkbox"/>	07/02/1987	P000361987	3KB	Pessoal Eventual	Lourenço Martins
<input type="checkbox"/>	05/08/1980	P001931979	2KB	Ordem dos Medicos	Cunha Rodrigues
<input type="checkbox"/>		I000092014	187kb	Legitimidade	Manuel Matos
<input type="checkbox"/>	05/06/2004	P000112004	147kb	Contrato de Fornecimento	Esteves Remédio
<input type="checkbox"/>	02/17/2005	P000852004	190kb	Regime Financeiro	Fernanda Maçãs
<input type="checkbox"/>	11/07/2002	P001452001	143kb	Serviço de Utilização Comum dos Hospitais	JOÃO Miguel

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos) Retificações

PÁGINA DE ENTRADA
✦ PESQUISA
NOTAS PESSOAIS
CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA
DIPLOMA
ÚLTIMA PESQUISA
DADOS GERAIS
✦ INFORMAÇÃO DETALHADA
NEWSLETTERS
DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 18/2008

Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Exportar Imprimir

Outros Tipos:

Rectificado por

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto	Diploma
2008-03-28	Rectificado o último parágrafo do ponto 2 e o 4.º parágrafo do ponto 5 do preâmbulo, o art. 7.º [na parte em que altera o art. 29.º do Dec Lei 12/2004, de 09-Jan] e o n.º 5 do art. 11.º do diploma preambular, bem como a al. d) do n.º 2 do art. 4.º, a al. f) do n.º 4 do art. 5.º, as als. c) e d) do n ...	Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008 - Diário da República n.º 62/2008, 1º Suplemento, Série I de 2008-03-28

Avalie a Newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*
digesto@pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão